
JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

As Identidades Sociais como Políticas e como Estratégias: O Caso dos Açores *

153

Partindo da distinção entre identidades primárias e identidades secundárias ou imaginadas, procura delinear-se algumas hipóteses sobre o processo de (re)produção das identidades sociais, tendo como contexto o caso dos Açores. A análise foca dois planos distintos: a construção institucional e oficial (por parte do Governo Regional) do conceito de "açorianidade" (identidade imaginada); o processo de construção da identidade pelos agricultores, que, a

partir da integração europeia, conduziu a clivagens acentuadas entre gerações.

Conclui-se que, no plano teórico, conceitos como cultura e identidade nacional e/ou regional não demonstram grande riqueza heurística. A análise das "idoculturas", no sentido de Gary Alan Fine, parece apresentar maiores virtualidades, ou seja, as formas culturais devem ser conceptualizadas como tendo origem no contexto dos pequenos grupos e/ou nas redes sociais existentes.

NESTE artigo proponho-me tecer algumas considerações e formular algumas hipóteses sobre o problema da (re)produção de identidades sociais. Os cientistas sociais europeus encontram-se numa situação contraditória: são, por um lado, solicitados para elaborar um discurso científico, filosófico e normativo que legitime a criação de um espaço europeu transnacional, ou seja, de uma identidade supranacional como expressão de uma modernidade avançada¹; e, por outro lado, na sequência dos acontecimentos políticos e económicos a nível europeu e mundial, com a reintensificação das clivagens étnicas e religiosas e a desagregação de alguns Estados, tendem a resvalar para o relativismo, ou mesmo, nalguns casos, para o niilismo, o que se torna patente nalgumas abordagens pós-modernas das ciências

* Este texto serviu de base a comunicações apresentadas no encontro promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia subordinado ao tema "Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local" (Vila do Conde, 1993) e nas Jornadas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Coimbra, 1993).

¹ Cf. Secção especial da *Praxis International* (1992), subordinada ao tema "Citizenship, Democracy and National Identity" e Jacques Lenoble e Nicole Dewandre (1992).

sociais². Daí que a abordagem das identidades se encontre no cerne das lutas que perpassam o campo das ciências sociais, exigindo uma vigilância epistemológica e crítica permanente, dado ser difícil destrinçar os interesses pessoais, emocionais e políticos dos interesses científicos. A confrontação empírica das várias propostas torna-se, mais uma vez, a forma privilegiada de aquilatar do rigor e da fecundidade das mesmas.

Para situar a análise aqui exposta, começo por fazer um breve enquadramento teórico do problema das identidades sociais e dos processos de identificação. Mais do que uma revisão exaustiva da literatura relevante, proponho-me estabelecer as balizas que guiarão as ilustrações empíricas por mim escolhidas. A análise concreta situa-se a dois níveis distintos: a construção oficial de uma identidade açoriana iniciada após a implantação da autonomia regional; e as estratégias identitárias activadas, sobretudo após a integração europeia, pelos agricultores dos Açores.

Num contexto de uma economia de base agrícola com uma forte estrutura burocrático-administrativa, com pólos urbano-comerciais dinâmicos, e em que após a integração europeia se assiste a uma aceleração da política de modernização dos sectores produtivos, os recursos simbólicos disponíveis para a construção estratégica das identidades alargaram-se e diversificaram-se segundo os contextos espaço-temporais e as classes sociais.

Há que analisar, também, os efeitos sociais da construção institucional e oficial por parte do Estado Regional do conceito de "açorianidade", em que se procura conciliar a gestão dos recursos económicos oriundos do Continente e da União Europeia (U.E.) com o aliciamento do investimento dos emigrantes e a gestão dos recursos simbólico-afectivos de uma comunidade açoriana espalhada pelo mundo.

Quanto aos agricultores, a integração europeia conduziu a uma redefinição e adaptação das estratégias económicas e, a nível identitário, a construções diferenciadas, construindo os mais jovens uma imagem com base na modernização, na racionalização, no cálculo económico e empresarial, e recorrendo os mais velhos à tradição, ao saber feito, aos direitos adquiridos, à honra como factor de legitimação.

² Para uma análise do pós-modernismo nas ciências sociais em que se distingue entre perspectivas optimistas e cépticas, ver Rosenau (1992).

1. Identidades ou Processos de Identificação

155

As identidades são construções relativamente estáveis num processo contínuo de actividade social (Calhoun, 1991b)³. Têm origem na necessidade de controlo, por parte dos indivíduos e grupos, do espaço social e físico circundante (White, 1992)⁴. Para este autor, as bases e as origens da identidade são os acidentes, as fricções, os erros, o caos. Por outras palavras, o indivíduo forma a sua identidade não a partir da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim a partir do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. Essas identidades são activadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na acção⁵; são, assim, relacionais, baseadas no reconhecimento por outros actores sociais, na diferenciação, assumindo a interacção um papel crucial neste processo⁶.

Antes de continuar, convém fazer a distinção entre identidade pessoal e identidades sociais. A identidade pessoal é sempre única e sintética mas, dado que é determinada por círculos de pertença, é multidimensional⁷, sendo preferível, por isso, falar em processos de identificação. Estes são sempre situacionais e históricos⁸, havendo, a cada momento, expressões identitárias que são dominantes (Gallissot, 1989). No vaivém permanente entre identidade pessoal e identidades sociais, a representação identitária

³ Craig Calhoun afirma que o conceito de identidade pode ser mais bem apreendido através do conceito de "habitus" em Bourdieu (1980). Para uma excelente revisão da literatura sobre a construção das identidades pessoais e sociais, principalmente na sociologia, ver Burkitt (1991).

⁴ Para Harrison White, a identidade é um facto social que só pode ser apreendido e só exerce efeito em relação a processos sociais em curso, quer as pessoas manifestem ou não um sentimento subjectivo de identidade (1992:208). Os sujeitos devem ser entendidos em função da acção social, tendo-se em conta as tendências históricas e as transformações culturais. É dada primazia às relações sociais. Por outro lado, White postula que, pela auto-semelhança, os mesmos processos se aplicam ao longo dos diferentes níveis e dimensões dos actores sociais: é o princípio da invariância de escala dos actores (uma formulação semelhante pode ser encontrada em Callon e Latour, 1981). Uma identidade é percebida, pelos outros, como tendo uma continuidade inquestionável, como tendo sentido.

⁵ Calhoun ilustra tal facto através do movimento dos estudantes chineses em Tiannamen (1991b).

⁶ Cf. Taylor (1992), Madureira Pinto (1991), Calhoun (1991b).

⁷ Há uma ambiguidade permanente entre a singularidade da identidade pessoal e a multiplicidade das identidades sociais (Calhoun, 1991b).

⁸ Segundo Madureira Pinto (1991), a construção das identidades alimentares dos trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social e dos seus projectos. Contudo, apesar de o autor referir este aspecto, parece-me que será de dar maior ênfase à construção subjectiva das identidades sociais, sob constrangimentos que escapam ao controlo individual.

inscreve a pessoa, por projecção, no colectivo, no mítico, isto é, em identidades secundárias.

Nas discussões recentes sobre a crise da modernidade e da homogeneização e sobre a incapacidade do sujeito para se auto-identificar, procurando desesperadamente ancorar-se em identidades comunitárias, étnicas, regionalistas ou de outra índole, e pondo em dúvida a eficácia da capacidade integrativa da identidade nacional ou de nível mais vasto (por exemplo, europeia)⁹, afigura-se-me que o diagnóstico avançado pelos cientistas sociais é mais produto de uma projecção de incertezas ou dúvidas típicas do campo social em que estão inseridos, do que de uma análise correcta dos processos sociais em curso. Como reconhece Calhoun (1991a), as interacções directas, especialmente as relações primárias, continuam a ser fundamentais para o processo formativo e avaliativo das pessoas, inclusivamente nos países avançados. O problema residiria, ainda segundo este autor — que parte da distinção entre integração social e integração sistémica de David Lockwood — na crescente separação entre as relações interpessoais directas e as relações indirectas (modo de integração de organizações e sistemas sociais de larga escala). Haveria um desfaseamento e contradição entre um “habitus” transmitido pela tradição (conhecimento prático orientado para as outras pessoas que estão próximas) e um “habitus” transmitido e reproduzido através de relações indirectas (indivíduo como ser autónomo, desenraizado, e orientado para organizações e sistemas de larga escala).

O erro de Calhoun, e de outros autores, é não verem que os actores sociais têm limitações cognitivas, não são muito conhecedores e não trazem consigo nem aplicam um conjunto de regras abstractas oriundas de uma cultura envolvente, antes activam estratégias defensivas para simplificar e reduzir a informação existente e restaurar e refazer a ordem social sempre que esta é quebrada. O seu conhecimento é particular e situacional e o seu comportamento insere-se em redes de relações sociais próximas (rituais de interacção) (Collins, 1992)¹⁰. Os fluxos de informação (dos meios de comunicação, por exemplo) são filtrados, assimilados, readaptados, relidos, adequados aos quadros cognitivos pré-existentes (sincretismo dos conteúdos), ou seja, são

⁹ Cf. Featherstone (1990) e Fortuna (1991), este numa perspectiva mais crítica.

¹⁰ Segundo Collins, isto aplica-se a todas as classes sociais. Cf. Simon (1989) para o conceito de racionalidade limitada.

discutidos e activados nas redes sociais estabelecidas. Neste sentido, Gary Alan Fine (1979) argumenta que a criação e o uso da cultura só podem ser examinados como formas culturais que têm origem no contexto dos pequenos grupos, na interacção. Para este autor, cada grupo tem, de uma certa forma, uma cultura própria, aquilo a que ele chama idio-cultura. A idiocultura consiste, assim, num sistema de conhecimentos, crenças, comportamentos e costumes partilhados pelos membros de um grupo e a que estes recorrem como referência e como base da interacção¹¹. Se os elementos culturais podem transcender as fronteiras dos grupos de interacção, eles são quase sempre experienciados nesse contexto. Não há retorno ao local, à comunidade, mas sim uma permanência da sua influência, com a integração selectiva de elementos exteriores e globais (cf. Reis, 1990, e Santos, 1992).

Paralelamente, e voltando à questão das identidades sociais, convém distinguir entre identidades sociais primárias e secundárias, imaginadas ou categoriais (Calhoun, 1991a), podendo ambas ter ou não uma base territorial. As primeiras partem das relações sociais directas. Estão nesta situação as que têm por base o sexo enquanto socialmente construído, os amigos, o local de trabalho, a comunidade local, as associações locais, etc. As identidades sociais imaginadas ou categoriais assentam nas relações sociais indirectas, não deixando contudo de ser reais, de ligarem os seus membros e de definirem os campos de poder em que são importantes para a definição das identidades. Aqui aparecem as identificações relacionadas com a região, a nação, a classe social (na sua dimensão extra-local), o clube desportivo nacional, o grupo de rock, a categoria profissional, etc. O conceito de comunidade imaginada foi cunhado por Benedict Anderson (1991) a partir da análise das origens e difusão do nacionalismo. Para ele, a nação é uma comunidade política imaginada porque os seus membros nunca conhecerão a maior parte dos seus concidadãos. Não há comunidades mais ou menos genuínas, o que interessa é a forma como são imaginadas. Sendo as comunidades imaginadas sempre

¹¹ A selecção e o significado dos acontecimentos, objectos, situações, etc., que são relevantes para uma dada idiocultura fazem-se através de cinco filtros estruturadores: ser do conhecimento de alguém do grupo ("known culture"), ser utilizável ("usable culture"), ser congruente com os objectivos do grupo ("functional culture"), ser consistente com os padrões de interacção ("appropriate culture") e ser seleccionado por um acontecimento activador ("triggering event"). Como estudo de caso, Gary Alan Fine abordou as idioculturas das equipas de "baseball" de adolescentes (Little League Baseball).

construídas, há que considerar as suas raízes culturais¹². Nesse processo de construção, Anderson salienta a importância de uma língua estatal unificada¹³, da transformação de unidades administrativas em unidades de sentido e do papel das burocracias nascentes na sua implantação territorial¹⁴.

Estas precisões conceptuais permitem uma melhor compreensão analítica e empírica dos processos de identificação, podendo ser complementadas com outras propostas de análise das sociedades capitalistas, nomeadamente a de Boaventura Sousa Santos (1989), que define como espaços estruturadores do poder social e da subjectividade a família, a classe, o indivíduo e a nação¹⁵.

Para terminar esta breve digressão pela problemática das identificações sociais, parece-me ser de realçar, seguindo Craig Calhoun (1991b), o papel da honra social nestes processos. A lógica da honra, que dá primazia a uma hierarquia social baseada na reputação e nas opiniões dos outros, induz a procura da "boa identidade" e de modelos recomendáveis¹⁶, muitas vezes numa lógica contrária à

¹² Para Anderson, a possibilidade histórica de imaginar a nação só foi possível quando e onde três concepções culturais de base perderam a sua capacidade de orientação e de influência sobre os homens. Essas três concepções eram: a ideia de que havia uma linguagem escrita que permitia o acesso privilegiado à verdade ontológica; a crença de que a sociedade estava naturalmente organizada à volta de monarcas que detinham o poder por delegação divina; e, por último, uma temporalidade em que a cosmologia e a história eram indestrutíveis. A crise destas concepções permitiu a emergência da nação como nova forma de ligar a fraternidade, o poder e o tempo de uma maneira geralmente aceite.

¹³ Historicamente, assume especial importância neste processo a Reforma e a convergência entre o capitalismo e a tecnologia de impressão (sobretudo o livro e, mais tarde, o jornal), criando-se, paralelamente, linguagens estatais e administrativas de utilização obrigatória e universal.

¹⁴ Adiante veremos que a tentativa do Estado Regional de criar nos Açores uma identidade regional com base no conceito de açorianidade se apresenta como um exemplo paradigmático de construção de uma comunidade imaginada.

¹⁵ Parece-me ser necessário acrescentar a estes o espaço da comunidade local, que é fulcral, sobretudo numa sociedade semiperiférica como a portuguesa, e isto para a construção das identidades sociais, para a activação das redes nos processos de migração e de inserção no mercado de trabalho como forma de resistência e de substituição ao papel do Estado.

¹⁶ A obra base sobre a análise da honra, sobretudo nas sociedades mediterrânicas, continua ser a de Peristiany (1988). A honra é definida por este autor como "o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão ao orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito ao orgulho" (pág.13). Ver também Davis (1983). Para uma análise do impacto deste modelo cultural em duas freguesias da ilha Terceira, Açores, apreensível através de uma forte divisão sexual do trabalho e com exclusão das mulheres do trabalho agrícola, ver Mendes (1991).

rentabilidade e maximização económicas, que se traduz em comportamentos aparentemente não-rationais. Esta lógica existe tanto nas sociedades avançadas como nas periféricas e semiperiféricas, e isto por afirmarmos que o indivíduo, a pessoa, é uma construção social e histórica. Assim, as identidades não derivam de interesses individuais, racionalmente estabelecidos (teoria da escolha racional)¹⁷, pois teríamos que postular a primazia dos indivíduos e a sociedade moderna como baseada no princípio da igualdade, em indivíduos equivalentes (como o faz Taylor, 1992). As identidades são, sim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de actividades sociais¹⁸, baseando-se, em grande parte, em padrões arquetípicos de comportamento. As qualidades honrosas não são totalmente racionalizáveis, mas derivam do conhecimento prático, sendo muito mais imperativas que os possíveis interesses dos actores. A identidade existe, assim, separada dos interesses e é-lhes anterior, constituindo a base para a avaliação destes como desejáveis ou não.

Usarei como espaço de ilustração das minhas ideias os Açores, abordando, por um lado, a lógica e os efeitos sociais da construção institucional e oficial (por parte do Estado regional) do conceito de “açorianidade” e, por outro, as estratégias e os processos de identificação dos agricultores, sobretudo em consequência da integração europeia. Mas, antes, procederei a uma breve descrição das transformações sócio-económicas que afectaram este espaço nas últimas décadas, distinguindo, genérica e analiticamente, duas fases distintas:

1ª fase: 1900-1974¹⁹. Economia agrária e tradicional com pólos urbano-comerciais. Emigração para os Estados Unidos e para o Brasil (1900-1960) e emigração para os Estados Unidos e Canadá (1960-1976).

2ª fase 1974- ?. Economia de base agrícola com forte estrutura burocrático-administrativa, também com pólos urbano-comerciais. Após 1986, as ajudas comunitárias acele-

¹⁷ Ver Wacquant e Calhoun (1989).

¹⁸ Craig Calhoun (1991b) afirma que a noção de interesse só se aplica a situações quotidianas de rotina e não permite analisar a lógica do comportamento em situações que envolvem grande risco. Porquê pôr a integridade física em causa, por exemplo, nas manifestações de estudantes em Tiannamen?

¹⁹ A escolha de 1974 baseia-se num critério político, isto é, que deriva das profundas mutações políticas observadas, com implicações sócio-económicas de grande alcance no espaço em análise.

2. Políticas, Estratégias e Identidades Sociais

raram a modernização das infraestruturas e conduziram a uma política de modernização dos sectores produtivos. A emigração para os E.U.A. e Canadá e outros países perde agora intensidade.

Na primeira fase, o sistema de produção regionalizado assentava numa agricultura tradicional, de base camponesa, pouco inserida no mercado a montante e a jusante, com fraca especialização, onde o peso dos sectores secundário e terciário era praticamente nulo. Os fluxos migratórios eram constituídos por assalariados agrícolas e pequenos camponeses sem qualquer hipótese de mobilidade social na economia local. O regresso verificou-se sobretudo nos que tinham ido para o Brasil (os "brasileiros") e demonstrava o sucesso adquirido. O capital acumulado orientava-se para o investimento no comércio e/ou na indústria locais, a compra ou a construção de casas e o estabelecimento de lavouras viáveis. Os emigrantes fixados nos E.U.A. ou no Canadá após a explosão migratória dos anos 60 só em reduzido número voltavam definitivamente (o que muitas vezes era sinal de insucesso social ou pessoal, traduzindo uma incapacidade de adaptação) e as redes transnacionais de parentesco continuavam a ser activadas como recurso para a fuga aos constrangimentos e à falta de horizontes dos espaços locais. Convém salientar que, nesta fase, a estrutura social era polarizada, com uma fraca expressão da pequena burguesia tradicional não-agrícola e da nova pequena burguesia.

Na segunda fase, em concomitância com as transformações políticas, sociais e económicas que afectam todo o país, o sistema de produção passou a assentar na forte especialização agro-pecuária, sendo de realçar o papel interventor do Estado (administração regional) e das indústrias transformadoras (lacticínios). A especificidade regional é acentuada em 1976 pela implantação da autonomia política, através de órgãos legislativos e executivos próprios. Há uma forte recomposição da estrutura de classes no espaço regional e nos espaços locais e, factor fundamental, verifica-se uma modernização acelerada da agricultura, com penetração generalizada das relações capitalistas de produção (produção para o mercado, mecanização, etc.). Se a emigração (agora com menor intensidade) se diversifica socialmente, ela continua a recrutar sobretudo os assalariados agrícolas, os operários, os pequenos camponeses e os trabalhadores do sector terciário com baixas qualificações,

utilizando as redes de parentesco estabelecidas anteriormente. Após a integração europeia de Portugal, assiste-se a uma acelerada modernização dos sectores produtivos, principalmente do sector agrícola, segundo padrões e ritmos que lhe são impostos pelas regras e directivas comunitárias.

Passo, de seguida, à análise concreta conforme os níveis acima indicados: a) a construção oficial de uma identidade açoriana e b) as estratégias identitárias dos agricultores.

a) A Construção da “Açorianidade”

161

Com a implantação da autonomia política e com a eleição de órgãos legislativos e executivos próprios, inicia-se a construção oficial e institucional de uma identidade cultural regional baseada no conceito de “açorianidade”, com o apoio de intelectuais açorianos que produzem e têm o seu público nos Açores ou que estão emigrados nos E.U.A.²⁰. Esta construção recupera um conceito de recorte impressionista e psicológico avançado por Vitorino Nemésio aquando da comemoração do V centenário dos Açores. Através desse conceito, Nemésio tentava definir a personalidade básica do açoriano a par de uma identidade portuguesa específica que “ajudem a consciência açoriana a tomar conta de si mesma e contribuam para que os Açores, como corpo autónomo de terras portuguesas (um autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista), entrem numa fase de actividade renovada, de reconstrução, de esforço humano e cívico” (1986b:401). Nas palavras do escritor, “a geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar” (ibid.: 402).

Esta construção de uma identidade cultural de base territorial emerge e exerce os seus efeitos quase exclusivamente nos campos político e intelectual regionais²¹, como

²⁰ Para uma análise da construção de identidades regionais e nacionais segundo uma perspectiva teórica algo diferente, ver Friedman (1992). As considerações que agora avanço apresentam-se como uma primeira abordagem ao tema, que será desenvolvido de forma aprofundada numa investigação mais ampla presentemente em curso.

²¹ Já Maria Isabel João, no seu estudo sobre os Açores no século XIX e os movimentos autonomistas, conclui: “a falta de unidade e a inexistência de uma identidade regional que demarque, de forma nítida, os Açorianos do resto dos Portugueses constituem os principais obstáculos à afirmação do regionalismo” (1991:301) — uma conclusão que, segundo a autora, pode ser extrapolada para outras épocas históricas.

um recurso simbólico que será utilizado estrategicamente nas reivindicações económicas e lutas políticas em relação ao Continente, na manutenção e reforço dos laços afectivos e económicos com os emigrantes nos Estados Unidos e, após a integração europeia, no posicionamento político da região na Comunidade Europeia.

Quanto ao primeiro aspecto, desde a revolução de Abril de 74 que as classes dominantes económica e politicamente vinham reivindicando um estatuto de autonomia para os Açores, com base em especificidades geográficas e económicas. Acenavam com o espectro da independência, um recurso simbólico e político extremamente eficaz e que nunca foi reconhecido como tal pelos políticos e intelectuais do Continente²². Com a instauração do regime de autonomia em 1976, o bloco no poder na região (que se manteve quase inalterável até hoje), construirá, com o apoio explícito de intelectuais açorianos²³, o conceito de “açorianidade”, o qual, aliado à noção de custos de insularidade, será extremamente eficaz na obtenção de fundos e apoio económico junto do governo central. A objectivação dessa identidade açoriana será conseguida mais tarde pela criação de uma bandeira e de um hino próprios. A bandeira regional passará a estar presente em todos os edifícios públicos ao lado da bandeira nacional, enquanto o hino é ensinado obrigatoriamente em todas as escolas primárias. Papel relevante têm também os acontecimentos desportivos que envolvem a participação dos jovens açorianos em actividades desportivas com jovens de outros arquipélagos, sendo uma ocasião para a juventude se consciencializar das especificidades arquipelágicas, e onde há também uma forte acentuação e exaltação do potencial pessoal e colectivo do “ser açoriano”²⁴.

A minha tese é que, como comunidade imaginada ou como comunidade simbólica (Cohen, 1986) de recente ela-

²² Um exemplo paradigmático de tal facto é a interpretação que João Pina-Cabral faz do episódio da precedência das bandeiras regional e nacional, apontando-o como indício de uma erosão da identidade nacional nos Açores (1991:96). O que se esquece, em diagnósticos deste tipo, é que tais episódios representam lutas específicas e interiores aos campos político e intelectual, que não têm efeito ou aparecem distorcidos noutros campos e no conjunto do espaço social.

²³ Exemplo disso são os congressos de literatura e cultura açoriana e os debates consequentes sobre a existência ou não de tal especificidade, em que se procura definir um espaço e um mercado próprios no seio da cultura e literatura portuguesas.

²⁴ Servem de exemplo os Jogos Atlânticos, em que participam os Açores, a Madeira, Cabo-Verde e as Canárias.

boração²⁵, e devido ao seu forte conteúdo intelectual e abstracto num contexto de fortes clivagens sociais, económicas, políticas e simbólicas intra e inter-ilhas, “a açorianidade” — que deriva de uma lógica da prática — só é activada, enquanto estratégia identitária ou como identidade social, por certas fracções da burguesia (sobretudo as mais ligadas ao capital local) e da nova pequena-burguesia (com um elevado capital escolar e cultural e natural dos Açores)²⁶. Em contrapartida, a autonomia, enquanto processo que facilitou o desenvolvimento económico e social é também valorizada, de uma forma geral, pelos agricultores e pela pequena burguesia tradicional — as fracções de classe que, conjuntamente com a burguesia, mais beneficiaram economicamente no seu quotidiano e que atribuem directamente o seu sucesso e a melhoria das suas condições de vida à existência de um governo regional (recepção de subsídios, negociação com as autoridades regionais e seus representantes, etc.). Nas outras classes e fracções de classe, essa melhoria das condições de vida é atribuída a factores mais difusos, como um processo natural que decorreu das transformações sócio-políticas do país em geral, tais como a instauração da democracia, a adesão de Portugal à CE e a estabilidade política e económica do país.

A nível mais teórico, a procura de definição de culturas regionais ou até nacionais pouco contribuirá, em meu entender, para uma melhor compreensão dos fenómenos sociais e políticos ou para um avanço conceptual das ciências sociais. Tem razão Wallerstein quando afirma que será difícil uma operacionalização do conceito de cultura que permita a sua utilização em afirmações que consigam ultrapassar o trivial (1990). Mesmo quando se distingue regionalidade sociocultural de identidade regional (político-administrativa), ou se adopta a noção politética de região, enquanto sobreposição de protótipos culturais, como faz Pina Cabral (1991), não nos podemos esquecer de que as

²⁵ A eficácia nas gerações futuras da “açorianidade” como identidade social poderá ser diferente, devido ao processo intensivo de socialização e às transformações políticas e económicas nacionais e internacionais.

²⁶ Baseio as minhas afirmações, e as que se seguirão mais à frente sobre o processo de identificação social dos agricultores, em 649 inquéritos aplicados em duas freguesias da ilha Terceira, complementadas com entrevistas a dezenas de inquiridos e a dirigentes locais, em 150 inquéritos a agricultores da Ilha de S. Maria e a 193 agricultores da ilha de S. Miguel, em inquéritos à totalidade dos agregados da ilha do Corvo (98), em entrevistas aprofundadas a 6 jovens agricultores da Terceira e a 12 de S. Miguel e, finalmente, em conversas informais com técnicos e funcionários da administração regional e com docentes da Universidade dos Açores.

unidades sociais primárias, as localidades, as regiões e as nações não são entidades fixas e homogéneas, antes estão sujeitas à história, à heterogeneidade cultural, às lutas sociais, económicas, políticas e simbólicas entre as classes e fracções de classe e ao papel da hegemonia na construção de uniformidades (Actes, 1980; Bourdieu, 1989; Wolf, 1990)²⁷. Ou seja, a análise dos fenómenos culturais, da sua génese e transformação, deve ser inserida na interacção, nas redes, nos pequenos grupos (Fine, 1979).

O conceito de “açorianidade” permitiu também à classe política dirigente dos Açores a gestão eficaz dos recursos económicos e simbólicos-afectivos derivados da forte presença de açorianos emigrados nos E.U.A., com o objectivo de captar os investimentos dos emigrantes nos Açores, de criar um vasto mercado para os produtos açorianos, o chamado “mercado da saudade” e, mais importante ainda, de utilizar a importância demográfica e eleitoral dos emigrantes em certos Estados americanos e a reivindicação da açorianidade como factor étnico para ter acesso directo aos níveis mais elevados do aparelho político americano²⁸. No entanto, devido à reprodução de clivagens intra e inter-ilhas que já existiam e existem nos Açores e que, como foi referido atrás, são um obstáculo real à criação de uma identidade regional que perpassasse as diferentes ilhas e classes sociais, o conceito de “açorianidade” provocou clivagens sociais e políticas enormes entre os emigrantes e seus dirigentes (Feldman-Bianco, 1993).

Se a ligação afectiva, o poder político e o prestígio social dos governantes açorianos passam pelos emigrantes radicados nos E.U.A. — além de ser uma das principais fontes de receitas da região —, após a integração europeia abre-se um novo espaço com enormes recursos económicos disponíveis. Na luta pela captação desses recursos e para a afirmação de uma forma específica de ser europeu, o conceito de açorianidade irá ser activado, agora associado

²⁷ João Leal (1992) cai também na tentação de ver nas festas do Espírito Santo nos Açores, apesar da diversidade intra e inter-ilhas, um indicador claro da existência de uma cultura e de uma área cultural açoriana, esquecendo-se de analisar historicamente a evolução dessas festas, a sua lenta desapareição em certos contextos e reactivação noutros, só explicável se se levar em linha de conta as lutas pelo poder entre as classes sociais locais e as lutas com o clero e a igreja oficial.

²⁸ Veja-se a tentativa dos dirigentes açorianos de criarem um *lobby* de senadores e congressistas de ascendência americana. Mas um melhor indicador talvez seja o facto de a única entidade oficial portuguesa que foi convidada para a tomada de posse oficial do presidente Bill Clinton ter sido o presidente do governo regional dos Açores.

à situação de ultra-periferia e à noção de região insular e em consociação com outros espaços europeus em situação similar²⁹. Os governantes açorianos encontram-se numa situação dupla: afectiva e emocionalmente, tudo os atrai para os E.U.A., mas, a nível económico, não podem deixar de estender uma mão e acenar à Europa comunitária.

b) Os Processos de Identificação dos Agricultores

Irei agora abordar os processos de identificação e as estratégias identitárias dos agricultores. Restringirei a minha análise aos agricultores que praticam uma agricultura familiar, dado que os processos serão diferentes dos da burguesia agrária.

Após 1974 e, sobretudo, após a implantação da autonomia regional, os agricultores beneficiaram de uma rápida e crescente melhoria dos seus rendimentos, associada a uma subida espectacular e contínua dos preços de venda dos seus produtos, a um melhoramento dos efectivos pecuários e, em geral, a uma modernização do processo produtivo e das estruturas de transformação e comercialização. A reprodução social do grupo dos agricultores estava assegurada e, pelos recursos materiais e económicos disponíveis, ela não era questionada nem confrontada com outros modelos alternativos. Dado que a produção e a reprodução da identidade social é um processo relacional, como se viu atrás, os agricultores, ao compararem a sua situação económica e social com a dos outros grupos e classes sociais, não tinham razões para desvalorizarem a sua actividade e o seu modo de vida, sobretudo num contexto em que o desencravamento social e cultural dos espaços locais só agora começava a tomar forma³⁰.

Com a integração europeia as políticas agrícolas nacionais e regionais irão introduzir perturbações e fornecer recursos simbólicos e materiais para os processos de identificação dos agricultores. Por outro lado, há, concomitantemente, um distanciamento físico e simbólico das instituições que determinam as políticas. O centro do poder transfere-se do local e do regional para o nacional e, predominantemente, para o internacional, para Bruxelas, para a impessoalidade da distância e da estranheza.

²⁹ Os Açores fazem parte da Conferência das Regiões Insulares, Periféricas e Marítimas da U.E., da qual o presidente do governo açoriano foi já vice-presidente.

³⁰ Para o caso francês, ver Champagne (1986).

No novo contexto da integração europeia, com o aumento da concorrência e da exigência de altos padrões de qualidade, a primeira questão é a da viabilidade económica das explorações familiares. Ou seja, as associações profissionais, os dirigentes políticos locais e regionais, os meios de comunicação de massa e os técnicos agrícolas começam a veicular o discurso de que é preciso seleccionar as explorações viáveis, uma vez que as que não são viáveis constituem um autêntico entrave à modernização e competitividade da agricultura açoriana. Sete anos passados sobre a data da adesão, esta imagem negativa foi já totalmente assimilada pelos pequenos agricultores (identidade social ocupacional negativa). Estes, que vivem das memórias míticas de tempos áureos, convertem-se progressivamente em agricultores a tempo parcial e mantêm-se à espera da reforma ou activam estratégias económicas que assegurem aos filhos uma profissão mais digna (por exemplo, emigrando temporariamente para os E.U.A.). Este processo, hoje irreversível, apreende-se, nas entrevistas e no contacto directo, como algo que foi extremamente doloroso e deixou marcas profundas. O processo de identificação passa agora sobretudo pela evocação das identidades primárias relacionadas com a comunidade local e com a família, incluindo neste último uso quer a solidariedade local, quer as redes transnacionais de emigração.

A modernização da agricultura, na lógica imposta pela U. E., acentuou a necessidade da profissionalização desta actividade económica³¹. Tal tem-se processado através dos cursos de formação profissional de curta e longa duração, condição imprescindível para o acesso aos subsídios de primeira instalação. Nestes cursos, pela sua média e longa duração (de três meses a um ano), estabeleceram-se redes entre jovens agricultores de várias localidades e com explorações bastante diferenciadas. Estas redes e as novas sociabilidades criadas nos locais de formação foram cruciais para a construção de uma identidade social primária e secundária de jovens agricultores; trata-se de uma identidade dupla, pois tem por base uma ocupação e uma divisão meramente etária. Cabe referir que uma hipotética identidade açoriana nunca é mencionada por estes jovens agricultores, e isto devido a diversos factores. Os formadores não têm práticas pedagógicas específicas para inculcação dessa consciência regional e tal matéria não figura como objectivo

³¹ Ver Rambaud (1987,1989) e, para o caso português, Lourenço (1992).

dos cursos. Por outro lado, o contacto processa-se entre jovens da mesma ilha, o que, devido às acentuadas clivagens inter-ilhas já atrás referidas, se apresenta como um forte obstáculo à criação de uma identidade açoriana.

A identidade de jovens agricultores constrói-se e reproduz-se a partir de enormes contradições e fricções entre agentes e lugares de socialização. Os técnicos formadores, tal como os dirigentes das associações de jovens agricultores, acentuam e reforçam a importância do cálculo económico, da contabilidade agrícola, da racionalidade dos métodos e processos produtivos e do mercado. Os jovens agricultores, com um nível global de instrução baixo e inseridos em redes densas a nível familiar e local, seleccionam e gerem as informações transmitidas nos cursos de formação e activam estratégias de forma a maximizarem os novos conhecimentos sem perturbarem a sua lógica da prática quotidiana, isto é, sem porem em causa as suas rotinas quotidianas, fazendo somente alterações graduais nas suas explorações. Procuram não ser alvo da reprovação dos agricultores mais idosos ou daqueles jovens que não participaram nos cursos de formação. Só aqueles que possuem grande capital económico é que podem ser inovadores sem correrem o risco do insucesso, ficando incólumes às pressões do meio local. Por outro lado, encontram resistências por parte dos pais, que controlam o acesso à terra e activam uma identidade social baseada na experiência, na tradição e na honra, nos direitos adquiridos, contra a lógica do lucro e da ganância. Mesmo que os pais, para beneficiarem dos subsídios de abandono e para os filhos poderem ter acesso aos subsídios e apoios comunitários, cedam formalmente as explorações, continuam a dispor livremente do uso e da exploração da terra. As estratégias económicas activadas são complexas, pois, mesmo ultrapassadas as resistências dos pais, acresce o facto de as partilhas serem igualitárias, o que conduz a uma complexa teia de compromissos nas redes familiares e sociais existentes; isto é, para manter a dimensão das explorações, há que negociar contrapartidas financeiras ou em espécie, rendas e sub-alugueres, com os familiares residentes na localidade, noutros espaços da ilha ou dos Açores ou no estrangeiro.

As identidades sociais activadas variam conforme os contextos, tais como a sala onde se está frequentando um curso, uma situação de inquérito, uma conversa informal com um investigador a sós ou na presença do pai, etc. Mas,

contrariamente à afirmação de Rambaud de que a formação profissional dos agricultores e a introdução do cálculo económico, da contabilidade e da lógica do lucro levariam a uma solidariedade conflitual e a uma identificação europeia deste grupo social (1989), nunca a identidade europeia foi reivindicada em qualquer das situações estudadas, sendo antes a Europa comunitária identificada como uma fonte de recursos económicos ou apenas como o centro donde emanam as políticas³². Os jovens agricultores identificam-se primeiramente com a família, com a comunidade local e com os jovens agricultores residentes na comunidade; a identidade secundária mais activa é a dos jovens agricultores a nível de ilha e a nível nacional (o nível regional raramente se manifesta). Os restantes agricultores coincidem com aqueles, quer nas identidades primárias, quer nas secundárias, ainda que a sua identificação seja com os agricultores não jovens. Qualquer outro tipo de identificação só emerge se evocada pelo investigador ou em contraste com qualquer outra (por exemplo, "não somos americanos"). As identidades profissionais afiguram-se, assim, como cruciais no processo de identificação dos agricultores, dada a importância que assumem nas práticas quotidianas e nas representações mentais e objectivadas sobre o seu modo de vida.

Para terminar este ponto, passo a relatar uma pequena história que mostra como, de facto, as identidades, sobretudo as secundárias, só são activadas contextualmente. Tendo inquirido e entrevistado alguns jovens agricultores, estes reconheceram ter dificuldade em perceber o que era a U. E., como se definiam as quotas leiteiras e qual o impacto que isso teria nas suas explorações, o que era o mercado único europeu, etc. — tudo matérias que tinham sido tratadas nos cursos de formação. Quando, uns meses mais tarde, lhes disse que havia um professor do Continente que estava a fazer um estudo sobre os jovens agricultores e a U. E., acederam a ser entrevistados. Qual não é o meu espanto quando, solicitados a falarem sobre a Europa e o que isso significava para eles, os vejo discorrer sobre o assunto, é certo que por vezes com inexactidão; de tempos a tempos,

³² Esta atitude não parece poder ser explicada pelo nível de instrução: num inquérito realizado a 215 estudantes da Universidade de Coimbra sobre a problemática das identificações e tomando em consideração só as respostas agregadas de "muitas vezes" e "sempre", 70 % responderam sentir-se portugueses, 35.8%, como pertencentes à região donde são originários e 27%, como europeus.

Para uma análise normativa, que demonstra a evidência a dificuldade de construção e identificação de uma identidade europeia, ver Habermas (1992).

lançavam sorrisos e gestos irónicos na minha direcção. Claro que o professor não percebeu nada do que se estava a passar. Dias mais tarde, ao voltar a encontrá-los, dois deles reconheceram que, com vergonha de fazerem má figura, tinham lido “umas coisas” sobre a U. E. e tinham estado particularmente atentos a notícias sobre o assunto na televisão.

A identificação é um processo continuado que se alimenta do cruzamento díspar e contraditório de influências e de acontecimentos. A separação analítica entre identidades primárias e secundárias permite-nos apreender melhor esse processo. As identidades primárias são construídas a partir da interacção directa, nos laços que se tecem nas redes sociais e a partir da racionalidade limitada dos agentes sociais, e são cruciais na activação das tácticas e estratégias quotidianas de controlo do meio circundante. As identidades secundárias são construídas, na maior parte das vezes, pelo campo político e intelectual como instrumento de criação de laços míticos, legitimadores e ocultadores de uma luta pela hegemonia e dominação social. Estas identidades só são reivindicadas no espaço social mais vasto em situações de crise ou quando solicitadas em situação de inquérito, uma vez que não são determinantes para a acção rotineira dos agentes sociais.

Um bom exemplo disso é a inexistência de uma identidade regional açoriana, apesar da existência de uma política oficial específica para a sua construção, baseada no conceito de “açorianidade” como recurso e instrumento privilegiado de reforço do poder simbólico, social e político do bloco no poder na região. Conceitos como cultura e identidade nacional e/ou regional não demonstram grande riqueza heurística. A análise das idioculturas, no sentido de Gary Alan Fine, parece-me apresentar maiores virtualidades, ou seja, as formas culturais devem ser conceptualizadas como tendo origem no contexto dos pequenos grupos e nas redes sociais existentes. O exemplo do processo de identificação dos agricultores aponta nesse sentido. ■

Conclusão

Referências Bibliográficas

170

- Actes 1980 *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35 (número temático, "L'Identité").
- Anderson, Benedict 1991 *Imagined Communities*. London, Verso [1983].
- Bourdieu, Pierre 1980 *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre 1989 *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- Burkitt, Ian 1991 *Current Sociology*, vol. 39, nº3 (número temático, "Social Selves: Theories of the Social Formation of Personality").
- Calhoun, Craig 1991a "Indirect Relationships and Imagined Communities: Large Scale Integration and the Transformation of Everyday Life", in Pierre Bourdieu / James Coleman (orgs.), *Social Theory for a Changing Society*, Boulder/ New York, Westview Press and Russell Sage Foundation.
- Calhoun, Craig 1991b "The Problem of Identity in Collective Action", in Joan Huber (org.), *Macro-Micro Linkages in Sociology*, Newbury Park, Sage.
- Callon, Michel; Latour, Bruno 1981 "Unscrewing the Big Leviathan: How Actors Macro-Structure Reality and How Sociologists Help Them to Do So", in Karin Knorr-Cetina/Aaron Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Champagne, Patrick 1986 "La Reproducion de l'Identité", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 65.
- Cohen, Anthony 1985 *The Symbolic Construction of Community*. London, Routledge.
- Collins, Randall 1992 "The Romanticism of Agency/Structure Versus the Analysis of Micro/Macro", *Current Sociology*, vol. 40, nº 1.
- Davis, John 1983 *Antropologia de las Sociedades Mediterraneas*, Barcelona, Editorial Anagrama [1977].
- Featherstone, Mike (org.) 1990 *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London, Sage.
- Feldman-Bianco, Bela 1992 "Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço: (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38.
- Fine, Gary Alan 1979 "Small Groups and Culture Creation. The Idioculture of Little League Baseball Teams", *American Sociological Review*, vol. 44, nº 5.
- Fortuna, Carlos 1991 "Nem Cila nem Caribdis: Somos todos translocais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32.
- Friedman, Jonathan 1992 "The Past in the Future: History and the Politics of Identity", *American Anthropologist*, nº 94.

- Gallisot, René 1987 "Sous l'identité, le procès d'identification", *L'Homme et la Société*, nº 83.
- Habermas, Jürgen 1992 "Citoyenneté et identité nationale. Réflexions sur l'avenir de l'Europe", in Jacques Lenoble/Nicole Dewandre (orgs.), *L'Europe au soir du siècle. Identité et démocratie*, Paris, Editions Esprit.
- João, Maria Isabel 1991 *Os Açores no Século XIX. Economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa, Edições Cosmos.
- Leal, João 1992 *Cerimonial, Relações Sociais e Tempo. As Festas do Espírito Santo nos Açores*. Tese de Doutoramento, Lisboa, I.S.C.T.E..
- Lourenço, Nelson *et al.* 1992 "Imagens da Integração: Representações sociais sobre a integração da agricultura portuguesa na Comunidade Europeia", *Análise Social*, vol. XXVII, nº 4 e 5.
- Mendes, José Manuel O. 1991 *O Sonho Americano: Mudança e estratégias de reprodução social em duas freguesias da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, trabalho de síntese para as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas no Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores.
- Nemésio, Vitorino 1986a "O Açoriano e os Açores" [1928], in Maria Margarida Gouveia, *Vitorino Nemésio. Estudo e antologia*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Nemésio, Vitorino 1986b "A Açorianidade" [1932], *ibid.*
- Peristiany, John G. (org.) 1988 *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (edição original de 1965).
- Pina Cabral, João de 1991 *Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.
- Pinto, José Madureira 1991 "Considerações Sobre a Produção Social de Identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32.
- Praxis International* 1992 Vol. 12, nº 1 ("Special Section: Citizenship, Democracy and National Identity").
- Rambaud, Placide 1987 "Modes de calcul économique et stratégies identitaires en agriculture", comunicação apresentada no colóquio da Associação Francesa de Ciência Política "Les agriculteurs et la politique depuis 1970".
- Rambaud, Placide 1989 "L'Europe 'communautaire' et les paradoxes du lien social en agriculture", *Revue Française de Science Politique*, vol. 39, nº 2.
- Reis, José 1990 "Os Lugares e os Contextos. Tempo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30.
- Rosenau, Pauline Marie 1992 *Post-Modernism and the Social Sciences. Insights, Inroads and Intrusions*. Princeton, Princeton University Press.
- Santos, Boaventura de Sousa 1989 "O Estado e os Modos de Produção de Poder Social", Coimbra, *Oficina do CES*, n.º 7.

- 172 Santos, Boaventura de Sousa 1992 "Teoria Social, Identidade e Emancipação no Sistema Mundial", comunicação apresentada no 2º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo.
- Simon, Herbert 1989 *A Razão nas Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva [1983].
- Taylor, Charles 1992 "Quel principe d'identité collective?", in Jacques Lenoble/ Nicole Dewandre (orgs.), *L'Europe au soir du siècle. Identité et démocratie*, Paris, Éditions Esprit.
- Wacquant, Lôic; Calhoun, Craig 1989 "Interêt, rationalité et culture", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 78.
- Wallerstein, Immanuel 1990 "Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System", in Mike Featherstone (org.), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London, Sage.
- White, Harrison 1992 *Identity and Control. A Structural Theory of Social Action*. Princeton, Princeton University Press.
- Wolf, Eric 1990 "Facing Power — Old Insights, New Questions", *American Anthropologist*, nº 92.